



XI Salão de  
Iniciação  
Científica  
PUCRS

## Estudo longitudinal das práticas de Justiça Restaurativa na justiça juvenil e nos programas de atendimento socioeducativo.

Carolina Gomes Fraga<sup>1</sup>, Carla Cristina R. Becker<sup>2</sup>, Guilherme Gomes Ferreira, Talléya Samara Battisti<sup>3</sup>, Giovane Antônio Scherer, Jamille de Freitas Serres<sup>4</sup>, Fabiana Nascimento de Oliveira<sup>5</sup> Prof. Dr. Francisco Arseli Kern<sup>6</sup>, Beatriz Gershenson Aginsky<sup>7</sup> (Orientador)

Faculdade de Serviço Social/PUCRS,  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH.

### Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo investigar quais as repercussões, em termos de garantias e afirmação de direitos humanos da juventude em conflito com a lei, advindas da aplicação de princípios e referenciais teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa nas intervenções institucionais e profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e dos Programas de Atendimento Socioeducativos. Visa contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de atendimento socioeducativa. Tendo a Justiça Restaurativa como tema central, a investigação parte do conceito mais difundido de Justiça Restaurativa que a define como: “Um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias desse ato e suas implicações para o futuro” (MARSHAL, Tony 1998, on line)<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Aluna da Graduação da Faculdade de Serviço Social PUCRS, Bolsista de Iniciação Científica, CNPq - e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos GEPEDH.

<sup>2</sup> Graduandos da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, vinculados ao GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>3</sup> Assistente Social, mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculada ao GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>4</sup> Assistente Social, colaboradora do GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>5</sup> Assistente Social, Doutoranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculada ao GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>6</sup> Professor e Coordenador de Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Pesquisador Associado ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>7</sup> Professora e diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>8</sup> Este conceito tem sido consenso entre os autores que trabalham como tema cujas referências são atribuídas aos estudos de Marshall, Tony F (1998). A definição foi acolhida pelo Conselho Econômico e Social da ONU na Resolução de 1999/26.

O estudo constitui-se em pesquisa de avaliação de processo e de resultados (Selltiz, Wrightsman, e Cook, 2004, p. 57). Orienta-se por uma abordagem sistemática e continuada na coleta de informações e valoriza a diversidade de fontes, sujeitos e métodos. A pesquisa encontra-se no seu sexto ano de execução e desde 2008 conta com financiamento do CNPq (Edital 06/2008 – faixa B). O estudo longitudinal leva em conta a dimensão do tempo, essencial para estudos qualitativos e considera o objeto da pesquisa um processo dinâmico – como, no caso, a implantação de práticas de Justiça Restaurativa na Justiça Juvenil – pois o objeto estudado, assim como os sujeitos da pesquisa, estão se modificando no tempo (Pinsonneault e Kraemer, 1993). O período estabelecido para esta investigação está compreendido entre os anos de 2005 e 2008.

A coleta de dados documentais nos processos da 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre está em processo de tabulação e análise: 290 casos encaminhados a central de práticas restaurativas em 2008 e os 148 casos encaminhados no ano de 2007. Os casos de 2006 e 2005 estão em processo de atualização do banco de dados. Constam 133 casos em 2006 e 97 casos em 2005 já tabulados em momentos anteriores nas pesquisas do GEPEDH. Também está sendo realizada a coleta dos dados nos Registros do Sistema Informatizado do Judiciário. Esta sendo preparado o trabalho de campo de entrevistadas com Adolescentes, pessoas da Comunidade, Técnicos que coordenaram procedimentos restaurativos e os gestores das instituições vinculadas ao projeto. Estas entrevistas complementarão entrevistas anteriores já realizadas em outras pesquisas que antecederam a atual.

No que diz respeito aos resultados ainda parciais da pesquisa, entre os casos encaminhados para a Central de Práticas Restaurativas, constata-se uma diversidade de atos infracionais. Entre eles, encontram-se situações de maior e menor potencial ofensivo, como se vê: em 2005 – roubo (33%) e Furto (30%); Em 2006 – Lesão Corporal (46,2%), Roubo (13,6%); Em 2007 – Lesão Corporal (54,7%), Ameaça e Roubo (9,4%); E por último, o ano de 2008 – Lesão Corporal (54,1%), Ameaça (12,1%). Entre a diversidade de atos infracionais, percebe-se uma tendência evolutiva de encaminhamentos para a Central de Práticas Restaurativas de situações consideradas de menor potencial ofensivo, como lesão corporal e ameaça. Esta tendência indica os consensos que vão sendo gerados entre os operadores jurídicos, no caso Juízes, Promotores e Defensores, sobre as situações para as quais seriam mais adequadas as práticas restaurativas. Com a ampliação de vozes que clamam por penas mais gravosas e redução da idade penal, esta tendência parece também ser uma forma de diálogo destes operadores com as expectativas sociais ainda hoje prevalentes quanto

ao castigo e punição (Aguinsky. et al, 2009). Verifica-se que, no primeiro ano de execução, as práticas restaurativas tinham um procedimento incompleto, sem registros de pós-círculos. No ano de 2005 são registrados nove círculos restaurativos e seis Círculos Restaurativos Familiares que representam 13% dos casos encaminhados. Em 2006 ocorreram oito procedimentos completos que representam 5% dos casos encaminhados, 2007 foram 44 que correspondem a 18% dos casos encaminhados e em 2008 ocorreram 75 procedimentos completos que representam 16 % dos casos encaminhados. Nesse universo observa-se que houve gradativo crescimento de procedimentos completos e maior resolutividade em relação aos casos encaminhados.

A Justiça Restaurativa no âmbito do Sistema de Justiça Juvenil de Porto Alegre pelos dados coletados pode ser considerada uma iniciativa que já se encontra com níveis bastante avançados de institucionalização seja pelo volume de procedimentos completos realizados e seu aumento exponencial, seja pela amplitude das situações encaminhadas a esta forma alternativa de responsabilização. Apesar da tendência de sua aplicação estar se configurando em direção a situações de menor potencial ofensivo, observa-se que, mesmo que em menor quantidade, a experiência de Porto Alegre, em relação a casos de maior potencial ofensivo, também é relevante, demonstrando esta possibilidade de aplicação da Justiça Restaurativa. O estudo aprofundado desta experiência pode contribuir com estratégias de resistência ao prevalente enfoque punitivo do Sistema de Justiça Juvenil convencional.

## Referências

- AGUINSKY, Beatriz G. MENGUER. Mônica M. JARDIM. Ana C. G. **Práticas de Justiça Restaurativa na Justiça Juvenil e nos Programas de Atendimento Socioeducativo: uma análise qualitativa do processo de implementação.** Porto Alegre. 2009. Relatório de Pesquisa – GEPEDH – PUCRS. Porto Alegre. 2009
- AGUINSKY, Beatriz Gershenson, COMIRAN, Gisele. **Práticas de justiça restaurativa em porto alegre: monitoramento e avaliação em perspectiva.** Lima. I Congresso Mundial de Justiça Restaurativa Juvenil, 2009, Lima. Anais.
- AGUINSKY et all. **A introdução das práticas de Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça e nas políticas da infância e juventude em Porto Alegre: notas de um estudo longitudinal no monitoramento e avaliação do Projeto Justiça para o Século 21.** In: BRANCHER, L. E SILVA, S. *Justiça para o século 21: Instituinto Práticas Restaurativas: Semeando Justiça e Pacificando Violência.* SEDH.Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- MARSHALL, Tony F **Restorative Justice: An Overview.** Minneapolis, MN: Center of Restorative Justice Peacemaker, 1998. Disponível no original em ingles através do link: [members.multimania.co.uk/lawnet/RESTRJUS.PDF](http://members.multimania.co.uk/lawnet/RESTRJUS.PDF)
- PINSONNEAULT, A. KRAEMER, K.L. (1993) Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of Management Information Systems**, v.10, n.2, Autumn, p.75-105